



# CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE

1 Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, em segunda chamada,  
2 conforme o regimento interno, deu-se início à quadragésima quinta reunião ordinária do Conselho  
3 Municipal de Saúde de São Vicente nesta gestão, com a presença 26 (vinte e seis) conselheiros,  
4 sendo 13 (treze) titulares e 13 (treze) suplentes. A Suplente da Presidente do Conselho, Dr<sup>a</sup> Marion  
5 Sanches Lino Botteon, cumprimentou os presentes e iniciou a reunião falando que irá substituir a  
6 Dra. Michelle em virtude de licença nojo e férias por motivos de falecimento da mãe desta. Em  
7 seguida, convida a 1<sup>a</sup> Secretária Executiva, Sra. Cristiane Maia, e a Secretária-Geral, Sra. Márcia  
8 Capelazo, para comporem a mesa junto com ela. **1<sup>a</sup> item - Aprovação da Ata da RO. de 11/06/2025:**  
9 A Suplente da Presidente do Conselho pergunta aos conselheiros se há algum apontamento à  
10 referida ata. Como ninguém se manifestou, a ata foi aprovada por unanimidade. **2<sup>o</sup> item -**  
11 **Apresentação da reestruturação do atendimento à tuberculose na rede:** A Sra. Débora realizou  
12 uma apresentação, por meio de slides, acerca da reestruturação e descentralização das ações de  
13 enfrentamento à tuberculose no município. Inicialmente, pontuou que a tuberculose é uma doença  
14 infecciosa e transmissível, causada por bactéria que acomete principalmente os pulmões  
15 (tuberculose pulmonar), embora possa atingir outros órgãos. Os sintomas incluem tosse persistente  
16 por três semanas ou mais, febre vespertina, sudorese noturna e emagrecimento. Esclareceu que o  
17 tratamento tem duração de seis meses, dividido em duas fases: a fase intensiva, com dois meses de  
18 duração e uso de quatro medicamentos, e a fase de manutenção, com quatro meses e uso de dois  
19 medicamentos. Ressaltou que, geralmente, após 15 dias de tratamento, o paciente deixa de transmitir  
20 os bacilos, e que, apesar disso, muitos abandonam o tratamento antes da conclusão, o que  
21 compromete a eliminação completa da bactéria. Por isso, reforçou a importância do  
22 acompanhamento contínuo e da adesão completa ao tratamento. A Débora apresentou o Manual de  
23 Tuberculose do Ministério da Saúde, que define os fluxos de manejo clínico conforme a  
24 complexidade, sendo casos novos e de retratamento devem ser manejados preferencialmente na  
25 Atenção Primária; formas mais complexas da doença devem ser referenciadas à Atenção  
26 Secundária; e, nos casos de resistência aos medicamentos básicos, o encaminhamento deve ser  
27 feito para a Atenção Terciária — sendo esta última, na Baixada Santista, referenciada ao município  
28 de Santos. Informou, ainda, que o Centro de Atendimento à Tuberculose e Hanseníase (CATH), que  
29 atendia munícipes tanto da área insular quanto continental, encerrará suas atividades a partir da  
30 sexta-feira, dia 18, sendo todo o atendimento e tratamento descentralizado para as Unidades Básicas  
31 de Saúde (UBS) e Estratégia de Saúde da Família (ESF). Quando necessário acompanhamento  
32 especializado, a referência passará a ser o Serviço de Assistência Especializada (SAE), onde  
33 funcionará o Programa de Tuberculose. Apresentou dados gráficos demonstrando que, atualmente,  
34 67% dos atendimentos são da Atenção Primária, 30% na Secundária e 3% na Terciária. Em outro  
35 gráfico, mostrou a distribuição de casos por Unidade da Atenção Primária, destacando a unidade do  
36 Saquare como a que possui maior número de pacientes (27), e a do Gleba II com apenas um  
37 paciente. Ressaltou que, apesar da descentralização, a equipe do Programa de Tuberculose



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE

38 permanecerá como suporte técnico às unidades da Atenção Primária e ao Pronto-Socorro. Informou,  
39 ainda, que os enfermeiros foram capacitados e será publicada no Boletim Oficial do Município uma  
40 Portaria municipal com o fluxo clínico e terapêutico da tuberculose, autorizando-os a prescrever  
41 medicamentos e solicitar exames, com o objetivo de agilizar o início e o acompanhamento do  
42 tratamento diretamente na rede básica. A entrega do imóvel onde funcionava o CATH está prevista  
43 para o final do mês, o que permitirá não apenas o atendimento mais próximo da residência do  
44 paciente, como também redução de custos com aluguel. Ao final, a Sra. Débora concluiu sua  
45 apresentação com a frase: "Com o apoio de todos, vamos acabar com a tuberculose.". A Dra. Marion  
46 complementou, reforçando que a reestruturação segue as diretrizes do Ministério da Saúde, com o  
47 objetivo de pulverizar o atendimento por meio da Atenção Primária. Enfatizou, ainda, a importância  
48 do cuidado das equipes diante da complexidade e duração prolongada do tratamento. **3º item -**  
49 **Utilização dos saldos remanescentes na Diretoria de Atenção Hospitalar, Urgência e**  
50 **Emergência:** A Tatiana Brito realizou uma apresentação sobre a proposta de utilização dos juros  
51 provenientes das emendas federais (receita patrimonial) depositadas na conta da saúde. Iniciou  
52 agradecendo ao servidor Nelson, que contribuiu com orientações técnicas ao longo do processo, e  
53 destacou as dificuldades enfrentadas por profissionais oriundos da linha de frente ao lidarem com os  
54 aspectos burocráticos da gestão de recursos. Explicou que as emendas parlamentares são  
55 depositadas em conta única da saúde municipal e, enquanto os recursos aguardam execução para  
56 aquisição de equipamentos ou custeio, geram rendimentos, funcionando como uma espécie de  
57 poupança. Mencionou que, em gestões anteriores, havia entraves para a utilização desses valores,  
58 sobretudo pela ausência de atas qualificadas e bem formuladas. Com a atual gestão, foi possível  
59 organizar a documentação necessária para liberação dos recursos. Destacou que, com o trabalho  
60 conjunto das diretorias, das equipes técnicas e com o suporte da Dra. Marion, foi possível padronizar  
61 os processos de Termo de Referência (TR) e Estudo Técnico Preliminar (ETP), o que contribuiu para  
62 o melhor aproveitamento das emendas parlamentares. Informou que, até o momento, os juros  
63 acumulados totalizam R\$ 750.537,00 (setecentos e cinquenta mil, quinhentos e trinta e sete reais), e  
64 apresentou proposta de utilização de parte desse montante de R\$ 619.120,63 (seiscentos e  
65 dezenove mil, cento e vinte reais e sessenta e três centavos), mantendo um saldo remanescente de  
66 R\$ 131.416,57 (cento e trinta e um mil, quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta e sete centavos).  
67 Os valores propostos serão aplicados na aquisição de televisores e suportes para o prontuário  
68 eletrônico do Hospital Olavo e para o entretenimento de pacientes da saúde mental; frigobar  
69 destinado à nova Maternidade, para acondicionamento de medicamentos, especialmente insulinas;  
70 aparelhos telefônicos para reposição nas unidades da DAHUE (Diretoria de Atenção Hospitalar,  
71 Urgência e Emergência); fechaduras e porteiros eletrônicos para reforço da segurança na  
72 Maternidade, que contará com grande fluxo de pessoas e recém-nascidos; aparelhos de ar-  
73 condicionado para o 4º andar da Secretaria de Saúde, substituindo equipamentos considerados  
74 inoperantes; eletrodomésticos como refrigeradores, micro-ondas e purificadores de água para



# CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE

75 suporte das unidades da rede DAHUE; suportes de TV para os quartos da pediatria e das gestantes  
76 na nova Maternidade; e sistema de ar-condicionado com pressão positiva, necessário para as salas  
77 cirúrgicas da Maternidade, conforme exigências de habilitação e da vigilância sanitária. A Tatiana  
78 também compartilhou o aprendizado adquirido durante o processo, ressaltando a importância do  
79 controle social e da transparência na gestão dos recursos públicos. Durante a discussão, o  
80 conselheiro Edilberto questionou sobre a legalidade da utilização dos juros das emendas à luz das  
81 Leis Complementares nº 172 e nº 205/2024, que regulamentam a aplicação dos saldos  
82 remanescentes, e se haveria necessidade de apresentação ao Conselho e aprovação. O servidor  
83 Nelson esclareceu que os juros não se enquadram nas referidas legislações, mas que, em nome da  
84 transparência e da boa governança, optou-se por apresentar a proposta ao Conselho Municipal de  
85 Saúde. Por fim, a Dra. Marion agradeceu a todos os envolvidos, reafirmando que, embora não haja  
86 exigência legal para apresentação ao Conselho, tal medida se justifica como uma prática moral e  
87 transparente. Ressaltou que a proposta de utilização dos juros visa à melhoria da assistência  
88 prestada à população e à otimização dos recursos disponíveis no município.**4º item- Recebimento**  
89 **de emenda parlamentar federal no valor de R\$ 200.000,00 destinada à Associação de Pais e**  
90 **Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Vicente:** O Dr. Reinaldo agradece e parabeniza às  
91 Diretoras Débora e à Dra. Paola pelo trabalho desenvolvido no enfrentamento à tuberculose.  
92 Ressaltou-se que, embora possa parecer uma tarefa simples, o acompanhamento desses pacientes  
93 exige cuidado constante e presença ativa, o que representa um grande desafio. Destacou-se ainda  
94 a complexidade territorial do município de São Vicente, exemplificando que pacientes residentes em  
95 bairros mais distantes, como o Samaritá, precisavam se deslocar até a região central para receber  
96 medicação, o que muitas vezes se torna inviável. Em seguida, foram estendidos os cumprimentos à  
97 Tatiana pelo trabalho inédito relacionado à maternidade, cuja estrutura é de grande porte e elevada  
98 complexidade. Foi enfatizado o esforço das equipes da Secretaria da Saúde para viabilizar o  
99 processo de mobília e aquisição de equipamentos, frente à magnitude do projeto. O Dr. Reinaldo fala  
100 que recebeu o comunicado referente a destinação de emenda parlamentar da deputada Rosana  
101 Valle, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), enviada diretamente à Associação de Pais e  
102 Amigos dos Excepcionais (APAE), entidade presente no município desde 10 de março de 1988, com  
103 reconhecida atuação no cuidado de crianças. Destacou-se a histórica parceria da APAE com a  
104 Prefeitura, e foi relatada a visita institucional realizada à sede da entidade, com o objetivo de conhecer  
105 a estrutura oferecida. Ele recomendou que os demais presentes também realizem visita ao local,  
106 considerando a relevância do trabalho desenvolvido e o valor social da experiência, foi expressado o  
107 desejo de ampliar futuramente o convênio vigente com a APAE, reconhecendo-se a qualidade dos  
108 serviços prestados, que envolvem oficinas, equipe multiprofissional e uma casa de apoio que funciona  
109 como moradia para os usuários. O Dr. Reinaldo informou que o recurso da referida emenda ainda  
110 não foi recebido, mas sua liberação já está prometida, estando atrelada à finalização de um plano de  
111 trabalho. O Dr. Reinaldo manifestou agradecimento público à APAE, destacando que o repasse é



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE

112 mais do que merecido, em razão do trabalho exemplar desenvolvido pela instituição. **5ª item-**  
113 **Apresentação e votação das contas do 1º quadrimestre de 2025:** O conselheiro Willians faz um  
114 agradecimento à Dra. Michelle e à equipe da Secretaria da Saúde pelas ações desenvolvidas no  
115 município de São Vicente, destacando-se a reforma das unidades de saúde como iniciativa positiva,  
116 bem como agradece ao servidor Nelson, em razão da presteza no atendimento à Comissão e pela  
117 disponibilização da documentação solicitada. Considerando que todos os conselheiros já haviam  
118 recebido o parecer da Comissão com antecedência, o conselheiro Willians procedeu à leitura do  
119 parecer da Comissão de Prestação de Contas, que julgou como favoráveis as contas apresentadas  
120 pelo Fundo Municipal de Saúde, com base no que dispõe a Lei Complementar nº 141/2012, em seu  
121 artigo 25, parágrafo único, e a Lei nº 80/1990, artigo 16. Na sequência, a Suplente da Presidente do  
122 Conselho iniciou a votação nominal, sendo o parecer **APROVADO** por unanimidade. **6ª item -**  
123 **Informes gerais / informes das Comissões:** a Suplente da Presidente do Conselho fala que existia  
124 uma pendência deixada na última reunião referente à indicação para substituição do conselheiro  
125 Marcelo Renato na Comissão de Relacionamento, Divulgação, Organização e Capacitação. O  
126 conselheiro Joaquim manifestou-se disponível para assumir a vaga, sendo questionado ao plenário  
127 se havia consenso quanto à indicação. Não havendo objeções, ficou definido que o conselheiro  
128 Joaquim passa a integrar a referida Comissão como novo membro, com a concordância unânime do  
129 Pleno. A Suplente da Presidente do Conselho fala que no dia 10 de julho, na ESF Humaitá, em  
130 comemoração ao 35º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a ação contou com  
131 a participação da conselheira tutelar Fernanda Barbosa, que conduziu uma reunião reflexiva sobre  
132 os direitos e garantias das crianças e adolescentes. Destacou-se que o momento foi relevante para  
133 reafirmar os fluxos de atendimento e os procedimentos que devem ser adotados em casos de  
134 agressões, maus-tratos e demais situações que envolvam a proteção infantojuvenil, fortalecendo o  
135 compromisso com o cuidado integral às crianças e adolescentes. A Suplente da Presidente do  
136 Conselho menciona que o município está engajado na campanha do julho amarelo, mês de  
137 prevenção às hepatites virais. As ações contemplam atividades educativas, testagens rápidas e  
138 orientações voltadas à população, sendo executadas em todas as unidades da atenção primária.  
139 Ressaltou-se a importância de multiplicar essas informações, ampliando a conscientização e o  
140 alcance da campanha junto à comunidade. A Suplente da Presidente do Conselho informou que o  
141 município de São Vicente iniciou, no dia 1º de julho, a aplicação da "Dose Zero", medida que consiste  
142 na administração de uma dose extra da vacina dupla viral (sarampo e rubéola), destinada a bebês  
143 de 6 meses a 8 meses e 29 dias de idade. O imunizante está disponível em cinco Unidades Básicas  
144 de Saúde: JIP, Saquaré, Humaitá, Ponte Nova e Rio Branco I, que funcionam de segunda a sexta-  
145 feira, das 9h às 16h30, além do Posto de Vacinação localizado no Brisamar Shopping, que atende  
146 de segunda a sábado, das 10h às 19h. A enfermeira Daniela esclareceu que esta é uma dose  
147 adicional, e que a vacina tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola – SCR) segue sendo administrada  
148 normalmente aos 12 meses de idade. Informou ainda que a tríplice viral também está disponível para



# CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE

149 crianças de 9 a 11 meses em todas as 26 unidades básicas de saúde do município, além do posto  
150 localizado no shopping. A Suplente da Presidente do Conselho menciona que o 5º Mutirão do  
151 Contraceptivo Implanon foi realizado no dia 27 de junho, na Unidade de Saúde da Mulher – área  
152 insular, contemplando adolescentes do município. Ao todo, 41 adolescentes com idades entre 15 e  
153 17 anos foram atendidas com a inserção do contraceptivo. A Dra. Paola complementou que as  
154 adolescentes atendidas nesse mutirão foram aquelas que haviam faltado à edição anterior da ação.  
155 A Suplente da Presidente do Conselho destacou que o Ministério da Saúde passará a disponibilizar  
156 o Implanon pelo Sistema Único de Saúde (SUS), reforçando o pioneirismo de São Vicente na  
157 implantação dessa estratégia de saúde reprodutiva. A conselheira Flávia, representante da Comissão  
158 de Avaliação e Controle dos Serviços de Saúde, comunicou que será realizada uma visita no dia 24  
159 de julho, às 9h, na ESF Tancredo Neves. O conselheiro Odilon complementou informando que  
160 também integra a referida comissão, e explicou que foi deliberado, em reunião anterior, que será  
161 realizada uma visita mensal às unidades de saúde do município. Destacou-se que a comissão optou  
162 por iniciar as atividades pela rede de Atenção Primária à Saúde, com o objetivo de elaborar e  
163 apresentar, mensalmente, um relatório das visitas no âmbito da comissão. **7º Item - Palavra dos**  
164 **conselheiros:** O conselheiro Marcelo Cancio informou que está representando o Conselho Municipal  
165 de Saúde junto ao FOCOS – Fórum dos Conselhos da Baixada Santista e relatou que, na reunião  
166 ocorrida no dia anterior, foi debatido um tema de grande relevância para a região: a necessidade de  
167 maior controle sobre as organizações sociais, especialmente no que diz respeito à contratação de  
168 serviços e ao cumprimento da convenção coletiva de trabalho. Destacou que, embora as  
169 organizações sociais estejam legalmente contratadas pelos municípios, o controle efetivo quanto à  
170 observância das obrigações trabalhistas ainda é insuficiente. Ressaltou que, apesar de haver  
171 posicionamento do Supremo Tribunal Federal em relação à responsabilidade da Prefeitura, na  
172 prática, muitas vezes essa responsabilidade recai de forma solidária. O Conselheiro Marcelo Cancio  
173 enfatizou a importância de o Conselho Municipal de Saúde discutir o tema, de forma a fortalecer o  
174 controle social e garantir que novos contratos firmados com organizações sociais já prevejam  
175 expressamente o cumprimento das obrigações trabalhistas, incluindo o dissídio coletivo, evitando  
176 assim que o município arque posteriormente com os custos decorrentes de omissões por parte das  
177 contratadas. A Suplente da Presidente do Conselho esclareceu que todos os editais elaborados pela  
178 administração municipal já estabelecem que todas as responsabilidades trabalhistas devem ser  
179 integralmente cumpridas pelas contratadas, incluindo o pagamento do dissídio. Na sequência, o  
180 conselheiro Marcelo Cancio questionou se houve avanços nas tratativas referentes à criação da  
181 "Casa do Servidor", espaço destinado ao acolhimento e apoio dos servidores públicos municipais.  
182 Perguntou se o sindicato havia se disponibilizado a ceder alguma sala para essa finalidade ou se a  
183 Prefeitura contava com espaço próprio e, ainda, se havia previsão de oferta de serviço de psicologia  
184 aos servidores. A Suplente da Presidente reconheceu a importância da proposta e lembrou que a  
185 questão da saúde mental dos servidores foi abordada na reunião do Conselho realizada em junho,



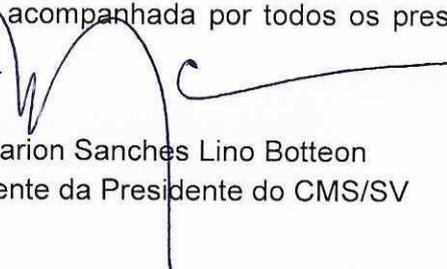
## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE

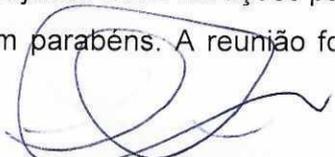
186 embora a criação formal da Casa do Servidor não tenha sido aprovada naquele momento. Destacou,  
187 contudo, que a ideia pode ser retomada e construída de forma conjunta com o sindicato e, se  
188 necessário, poderá ser provocada uma reunião com a Secretaria de Gestão, com o objetivo de  
189 viabilizar a melhor forma de enfrentamento da questão. A conselheira Andreia informou que participou  
190 da 5ª Conferência Estadual do Trabalhador e da Trabalhadora, realizada no município de Campinas,  
191 no período de 30 de junho a 2 de julho. Comunicou ainda que foi selecionada para a etapa nacional  
192 do evento, que ocorrerá em agosto, na cidade de Brasília. **8º Item - Palavra dos convidados:** O  
193 conselheiro gestor do CAPS Rio Branco, Sr. Edivaldo relatou que o equipamento não conta com  
194 nenhum tipo de proteção por parte da Guarda Municipal, o que tem resultado em constantes  
195 episódios de furto, como de aparelhos de ar-condicionado e fiação elétrica. Destacou-se, no entanto,  
196 que a equipe que atua na unidade presta um atendimento humanizado e respeitoso à população. Foi  
197 registrado por ele, ainda, que esta é a primeira vez, em gestões anteriores, que se vivencia a falta de  
198 médico psiquiatra na unidade, sendo enfatizada a importância de um atendimento que vá além da  
199 simples renovação de receitas. Diante da transferência para uma nova unidade, foi questionado se  
200 haverá garantia de manutenção da qualidade no atendimento, presença de profissionais médicos,  
201 em especial psiquiatras, e se a nova estrutura contará com condições adequadas de funcionamento,  
202 como, por exemplo, bebedouro em uso. A Suplente da Presidente do Conselho manifestou que a  
203 reivindicação apresentada é justa e reconheceu que houve um desfalque na equipe médica em razão  
204 de exonerações de profissionais e problemas com a empresa médica contratada. Informou que foi  
205 realizado recentemente um concurso público com a inscrição de 12 médicos psiquiatras, ressaltando  
206 que se trata de profissionais diferenciados, o que justifica a deficiência de especialistas em âmbito  
207 nacional. Pediu desculpas pelos transtornos enfrentados e expressou a expectativa de que os  
208 candidatos inscritos sejam aprovados. Reiterou, ainda, que a nova unidade contará com o mesmo  
209 capricho das demais entregues durante esta gestão, com ambiências adequadas e em conformidade  
210 com as normas da vigilância sanitária e Ministério da Saúde. A Suplente da Presidente do Conselho  
211 informou que foi contratada uma empresa de monitoramento para instalação de câmeras com alarme  
212 sonoro em todas as unidades de saúde. Em seguida, a Coordenadora da Saúde Mental, Sra. Maria  
213 José, comunicou que o Departamento de Obras está realizando manutenções paliativas na unidade  
214 e que, no dia 22, está prevista a chegada de um terceiro médico psiquiatra para atendimento,  
215 destacando que a unidade já conta com três psicólogos e dois psiquiatras. Informou ainda que a nova  
216 unidade contará com mais consultórios e ambiências adequadas. O Sr. Edivaldo agradeceu pelos  
217 esclarecimentos prestados e manifestou expectativa quanto à entrega da nova unidade e à chegada  
218 do novo médico. A Conselheira Gestora Essuziane questionou sobre a ausência do médico Dr. Edson  
219 no CAPS Stamato, relatando que pacientes reclamaram da falta de receitas, e indagou se os  
220 enfermeiros poderiam realizar a prescrição de medicamentos. Em resposta, o Dr. Reinaldo  
221 esclareceu que a prescrição é atribuição exclusiva do médico e que houve problemas sérios com a  
222 empresa médica responsável, a qual foi notificada com possibilidade de exclusão do quadro de



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE

223 prestadores da Prefeitura. A empresa, por sua vez, justificou a dificuldade de encontrar psiquiatras  
224 disponíveis no mercado. Acrescentou que a situação foi resolvida e que atualmente o CAPS  
225 Domingos Stamato conta com dois médicos, reforçando que nenhum paciente ficou sem medicação,  
226 uma vez que uma médica estatutária de outro CAPS assumiu temporariamente a prescrição,  
227 garantindo a continuidade do atendimento. A Suplente da Presidente do Conselho complementou  
228 informando que todas as unidades contam com responsáveis técnicos e administrativos, sendo  
229 essencial que qualquer problema seja imediatamente sinalizado, pois, em muitos casos, pode ser  
230 solucionado de forma imediata. Por fim, o Coordenador Nelson solicitou a palavra para agradecer à  
231 Diretora Débora pelo empenho na redução de custos na Diretoria de Vigilância em Saúde. Ao final,  
232 a Suplente da Presidente do Conselho convidou os aniversariantes do mês: Willians, Paola, Marcelo  
233 Renato e Roberto Braga. Entregou um mimo a cada um, desejando boas vibrações para o novo ciclo,  
234 sendo acompanhada por todos os presentes que cantaram parabéns. A reunião foi encerrada às  
235 11h15.

  
Marion Sanches Lino Botteon  
Suplente da Presidente do CMS/SV

  
Marcia Capelazo Lopes Seignemartin  
Secretária-geral do CMS/SV